

Brasil: duas décadas qu

Dos regimes militares à democracia capenga: o povo continua aguardando a sua vez

Marcelo Monteiro

O ano de criação da revista **cadernos do terceiro mundo** em Buenos Aires coincidiu com o término do governo do general Garrastazu Médici, período mais violento da ditadura militar no Brasil, quando a censura à imprensa e as torturas de opositores do regime em dependências de órgãos de segurança se tornaram instrumentos oficiais de manutenção do "sistema". Somente em 1974, 36 opositores do regime militar foram assassinados, segundo o projeto Brasil: Nunca Mais, entre os quais professores universitários, estudantes, operários, ex-deputados e jornalistas.

Aproveitando-se dos dispositivos do Ato Institucional nº5 (AI-5), editado na sexta-feira, 13 de dezembro de 68— que permitia ao governo legislar em todas as matérias previstas na Constituição, intervir em estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, além de acabar com o *habeas-corpus* —, o grupo considerado como de linha-dura, tendo Médici na presidência, realiza uma campanha para abafar qualquer manifestação contrária às diretrizes governamentais.

Apesar de afirmar que queria "consolidar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos do homem", Médici, três meses após assumir o governo, no final de outubro de 69, estabelecia através de um decreto-lei a censura prévia a livros e periódicos com o objetivo de "evitar exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". As eleições para o Congresso em novembro de 1970, reaberto três dias antes da eleição de Médici com 93 de seus membros cassados, foram precedidas por uma onda de prisões sem mandado judicial. O protesto dos eleitores ficou caracterizado no índice de 30% de votos nulos e brancos. Isto parecia não incomodar o gover-

no, liderado por um presidente que definia democracia como "um mero processo técnico para a promoção da felicidade".

No governo Médici, o Legislativo teve sua atuação cerceada, colocando-se como um simples homologador das decisões do Executivo. O dispositivo do voto de liderança limitava a atuação dos parlamentares, obrigados a votar conforme a decisão do líder da bancada em projetos importantes para o governo, sob pena de perda de mandato e de inegibilidade. Apesar do fantasma da cassação, no final de 1971 um grupo de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) começa a articular um posicionamento parlamentar mais agressivo, constituindo o grupo dos "autênticos", onde se destacavam Francisco Pinto, Freitas Nobre e Lysâneas Maciel. Mas as esperanças de maior abertura política são adiadas em 1972, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 2, que elimina a eleição direta para governadores em 1974.

A repressão aos opositores também é incrementada nesta fase, marcando o apogeu dos movimentos armados, com seqüestros de diplomatas estrangeiros e assaltos a bancos, e o seu declínio, com as mortes de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e o desmantelamento da guerrilha do Araguaia, em janeiro de 1975. O sentimento de derrota dos movimentos armados ainda em liberdade começa a ficar claro em 72, segundo a historiadora Jessie Jane Vieira de Souza. "Mas para os que, como eu, estavam presos e que não tinham acesso a informações, a certeza da derrota foi mais tardia, em 75."



mudaram a face do país



regime militar reprimiu
os direitos fundamentais
de reunião e de
expressão de opiniões
por parte da
sociedade civil

O aparato repressor foi aprimorado no período do Médici, com a participação direta de milita-

res. Assassinatos e torturas eram empregados pelos órgãos de repressão. Até junho de 69, o combate à oposição armada ficou a cargo do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) e da polícia civil. Depois da tentativa de "reunir forças" com a Operação Bandeirantes (Oban), efetivos do Exército começaram a agir na repressão através dos Departamentos de Operações Internas (DOIs) e dos Centros de Operação de Defesa Interna (Codis). Também participavam os equivalentes na Marinha (Cenimar) e na Aeronáutica (Cisa).

O governo negava que torturasse seus opositores e muitos generais não admitem até hoje. Nota oficial divulgada em 9 de maio de 1970 afirmava que

havia "uma campanha difamatória montada (...) por aqueles que não se conformam com o desenvolvimento brasileiro. (...) Paradoxalmente (...) quanto mais acelera o país sua taxa de crescimento, aumentando exportações, (...) mais se acentua a atividade de denegrimen- to do governo (...) Não há tortura em nossas prisões".

Brasil Potência – O desempenho econômico do país era usado pelo governo Médici para angariar o apoio da população, que desconhecia a situação nos porões da ditadura. A economia brasileira registrou sucessivos aumentos do Produto Interno Bruto (PIB) no período: 9,5% em 1970; 11,3% em 71; 10,4% em 72; e 11,4% em 73.

O programa, comandado pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto, baseava-se na expansão do mercado interno, modernização do sistema de crédito e numa nova política de exportação. Isso aliado ao fortalecimento do setor estatal nas áreas do petróleo, siderurgia e energia, que por demandarem altos investimentos não interessavam à iniciativa privada. O crescimento da indústria de bens duráveis de consumo permitiu a disseminação dos produtos eletrodomésticos, agradando à classe média. Mas os benefícios da expansão não foram percebidos pela maioria da população, que continuava sofrendo com a distribuição de renda injusta, que a política econômica de Delfim só fez aumentar. O próprio ministro argumentava que era "preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo". Em 70, 1% da po-

pulação brasileira detinha 17,8% da renda nacional. Dez anos antes, a porcentagem era de 11,7%.

O potencial econômico e consumidor do Brasil fez com que os países ricos e os organismos multilaterais passassem a conceder empréstimos ao país, num momento em que havia excedente de dinheiro no mercado internacional. O volume de empréstimos, entre US\$ 25 e US\$ 30 bilhões no período Médici e início do governo Geisel, foi usado basicamente para a formação de reservas em moeda forte, segundo Theotônio dos Santos, professor de economia internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas reservas serviriam de garantia para novos empréstimos. A consequência dessa prática foi o aumento da dívida externa, que em 1964 era de US\$ 3,2 bilhões e chegou a US\$ 120 bilhões no final da década de 80. Ao mesmo tempo, o governo incentivava a associação de grupos nacionais com empresas estrangeiras na exploração de minérios na Amazônia.

Grandes obras de infra-estrutura também caracterizaram os governos militares, particularmente a gestão Médici. Um dos ícones do período foi a rodovia Transamazônica, de 5 mil quilômetros, sangrando o coração da floresta. Segundo o então ministro dos Transportes, Mário Andreazza, a rodovia seria "a redenção da Pátria, o caminho para o futuro".

O governo pretendia, com a abertura da Transamazônica e de outras 17 estradas, inverter o fluxo migratório de nordestinos para o Sudeste do país. O Programa de Colonização Dirigida sonhava assentar um milhão de famílias nordestinas às margens da Transamazônica até 1980. O projeto foi desativado em 1974, com saldo de 5.717 famílias estabelecidas na área. A falta de apoio aos migrantes e o planejamento ineficiente fizeram com que a Transamazônica e o projeto de colonização na área se tornassem um dos maiores fracassos governamentais da história do país.

Crise do petróleo – O modelo de desenvolvimento do primeiro governo militar da década de 70, priorizando o uso do transporte rodoviário com a abertura de estradas, foi afetado pela

crise do petróleo em novembro de 73. As conseqüências foram o aumento dos custos das matérias-primas e da inflação, reduzindo as reservas brasileiras em moeda forte. Apesar das filas nas portas dos supermercados, o ministro Delfim Netto amenizava os efeitos da crise: "O petróleo subiu, mas subirão os preços dos produtos que estamos exportando." Porém isso não se concretizou e um dos resultados foi o déficit comercial de US\$ 4,7 bilhões em 1974.

Novo governo - A ascensão de Ernesto Geisel à presidência, em março de 74, representava a volta ao poder de integrantes do chamado grupo "castelista", que participaram do primeiro governo da era militar junto a Castelo Branco. Além do próprio Geisel, que ocupou o cargo de chefe do gabinete militar, faziam parte do grupo o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), João Baptista Figueiredo, e o chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva. Golbery é o ideólogo do projeto de abertura política "lenta e gradual" que caracterizou o governo Geisel.

A abertura de Golbery, como a própria definição deixava clara, avançava a passos lentos, o que levou a avanços e retrocessos, com cassação de mandatos, repressão à livre apresentação de propostas políticas com a "Lei Falcão" e o fechamento do Congresso em 1º de abril de 1977, com o famoso "pacote de abril".

Eleições - Mesmo restringidas com a promulgação da Emenda Constitucional nº 2, alterando a Carta Magna outorgada pela Junta Militar em 1969 que previa escolha popular direta para os governos dos estados, as eleições de 1974 representaram o avanço da oposição ao regime militar. O MDB, valendo-se da propaganda eleitoral gratuita e sem restrições técnicas no rádio e TV, aumentou sua bancada de deputados na Câmara Federal, mesmo sem alcançar a maioria, e conseguiu vitórias significativas no Senado Federal.

No maior colégio eleitoral do país, um político praticamente desconhecido, o ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia, recebeu 4 milhões de votos para o Senado contra 1,6 milhão do ex-governador paulista Carvalho Pinto, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo. O MDB elege também seus candidatos ao Senado em Mi-

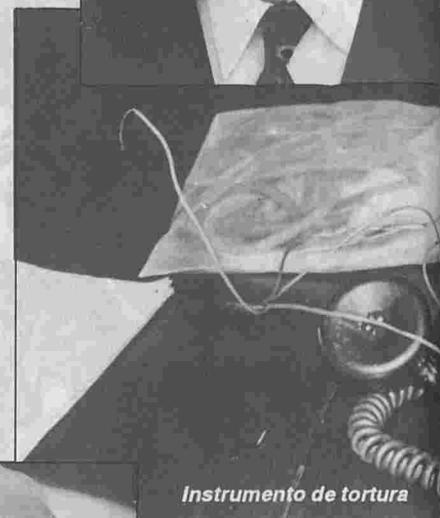
nas Gerais (Itamar Franco), Rio Grande do Sul (Paulo Brossard) e Pernambuco (Marcos Freire).

A participação do MDB alterou o quadro político do país, com a oposição abrindo a possibilidade de contestar o regime nos órgãos de representação popular. Entretanto, o governo militar não admitia perder o controle do poder e decidiu se precaver contra novo insucesso nas eleições municipais de 1976. Em junho, o Congresso aprovou projeto de lei idealizado por Golbery, que limitava o livre direito de expressão e de apresentação de propostas dos candidatos nos programas eleitorais gratuitos de rádio e TV. Conhecida como "Lei Falcão" (o então ministro da Justiça, Armando Falcão, foi o principal defensor da aplicação do dispositivo), não permitia fala direta aos eleitores, limitando a propaganda a uma imagem fixa do candidato, à apresentação de seu nome e número de inscrição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e um sumário curricular lido por um narrador em *off*.

Armando Falcão era o símbolo de que a livre expressão ainda precisaria de tempo para ser aceita. Durante sua gestão no Ministério da Justiça, assinou 12 cassações de mandatos parlamentares, cinco circulares proibindo manifestações públicas e reuniões estudantis, dezenas de portarias censurando obras artísticas e dezenas de enquadramentos de brasileiros na Lei de Segurança Nacional por crimes políticos. Foram legados do ministro a proibição de espetáculos do Balé Bolshói no país e a circulação de qualquer livro de origem soviética.

Pacote - Mas o golpe mais profundo do governo Geisel na oposição veio em 1º de abril de 1977, com a edição do "pacote de abril". Depois do MDB ter conseguido impedir a aprovação de um projeto de reforma do Judiciário defendido pelo governo, Geisel, em discurso na Vila Militar em 31 de março, nas co-

Garrastazu Médici



Instrumento de tortura



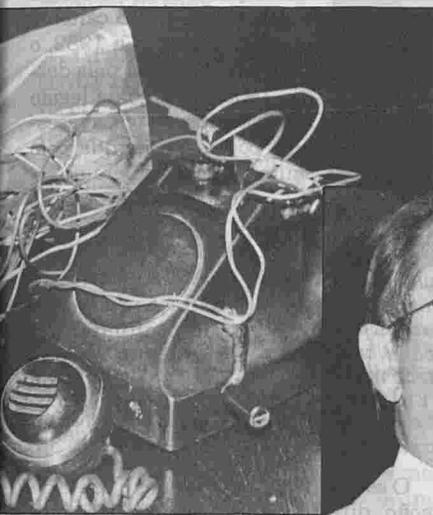
Ernesto Geisel

memorações do 13º aniversário do golpe de 64, falava da existência no país de uma "ditadura da minoria". No dia seguinte, o presidente anunciou o fechamento do Congresso e outras "reformas de natureza política": modificação do quorum para aprovação de reformas constitucionais, que passava a ser de maioria absoluta em

vez dos 2/3 anteriores, a manutenção das eleições indiretas para governadores e a criação dos "senadores biônicos", escolhidos indiretamente, representando 1/3 do Senado Federal, garantindo maioria folgada para o partido da situação.

Se em relação à política interna o governo não permitia ameaças ao seu domínio, na área externa a gestão Geisel foi marcada pelo posicionamento independente em relação aos Estados

Disseminada no governo Médici, a tortura foi abolida na gestão Geisel. O deputado federal Lysâneas Maciel aglutinou em 1974 votos de boa parte dos que contestavam a ditadura



Lysâneas Maciel

Carter, para que o país cancelasse ou alterasse o acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental. A atitude também teria sido um revide às denúncias sobre violações de direitos humanos no Brasil feitas por membros do Congresso norte-americano.

Tortura —As violações dos direitos humanos continuaram a ocorrer no governo Geisel, ainda que menos do que no governo anterior. Mas dois fatos marcantes acabaram apressando o afastamento definitivo do Planalto da linha-dura militar. O primeiro, a morte do jornalista Wladimir Herzog em 25 de outubro de 1975 no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. Apresentado como suicídio, o assassinato despertou

a reação da sociedade, que se manifestou num ato ecumênico na Catedral da Sé (SP) em 31 de outubro, reunindo 8 mil pessoas. O ato foi celebrado pelo rabino Henry Sobel, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Quatro meses depois, em 17 de janeiro de 1976, o II Exército anunciava a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, no mesmo DOI-Codi, também por "suicídio". Doze horas depois de receber a informação, Geisel demitiu o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

O afastamento definitivo de Geisel da chamada "linha-dura" ocorreu em outubro de 77, com a demissão do ministro do Exército Sylvio Frota, que articulava apoio para ser o sucessor do presidente. Revoltado, Frota divulgou uma lista de 95 comunistas "infiltrados no governo", dizendo que este era "moinho para combater a subversão".

A abertura de Geisel se completaria na virada para o ano de 79, quando o AI-5 deixava de vigorar, depois de dez anos e 18 dias. Os direitos políticos, *habeas-corpus*, Judiciário independente e Congresso sem o risco de fechamento voltavam a ter vigência ga-

rantida. Em 15 de março, Geisel transferia o cargo para o quinto e último presidente militar. Mas o restabelecimento da democracia só seria concluído em 89, com as tardias eleições diretas para a presidência.

Medo de endurecimento — O temor de um retrocesso com a ascensão ao poder de João Baptista Figueiredo existia, apesar das promessas de abertura. No discurso de posse, Figueiredo garantia que em seu governo seriam preservados "todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição". Em 27 de julho, o presidente remete para o Congresso Nacional o projeto de anistia, aprovado em agosto por uma margem apertada de votos (206 a 201). Apesar do inegável avanço, permitindo a volta de centenas de exilados e a libertação de dezenas de presos políticos, a 48ª anistia da história brasileira recebeu diversas críticas por "esquecer" as punições aos que torturaram e mataram seres humanos durante os anos de chumbo.

A anistia "ampla, geral e irrestrita" não era tão abrangente, porque não beneficiou 195 presos condenados pelos denominados "crimes de sangue", e nem tão irrestrita, porque não devolvia cargos e patentes perdidos durante governos militares.

Na verdade, a anistia foi um segundo tópico da abertura política, iniciada no começo de 1979, ainda na gestão de Geisel, com o abrandamento das penas da Lei de Segurança Nacional, que permitiu a libertação de dezenas de presos políticos. O passo final foi dado em novembro, com o indulto de Natal de Figueiredo, que praticamente esvaziou as celas de presos políticos.

Em relação ao Poder Legislativo, a fase inicial do governo Figueiredo contou com maioria no Senado e na Câmara. A primeira foi forjada com a possibilidade de indicação de 1/3 do Senado, os chamados "senadores biônicos", resultando num total de 42 senadores da Arena, contra 25 do MDB.

Na Câmara, outros instrumentos foram usados para garantir o predomínio da situação nas eleições de 78. "Todas as armas foram usadas para a vitória da Arena: o suborno, a intimidação, a desinformação, a fraude", segundo o general Hugo de Abreu, homem de confiança de Geisel, na época já rompido

Unidos. O marco inicial foi o reatamento das relações diplomáticas com a China, em agosto de 1974.

Também com o objetivo de ampliar o mercado para os produtos brasileiros, o governo incrementou o comércio com os países comunistas do Leste europeu.

Outra mudança significativa foi o posicionamento em relação à África. O Brasil, até então alinhado com Portugal e África do Sul, foi a primeira nação ocidental a reconhecer, em 1975, a independência de Angola, através de seu primeiro presidente Agostinho Neto. Com os reflexos da crise do petróleo ainda bem vivos, o país alterou o apoio irrestrito a Israel nos fóruns internacionais e permitiu a instalação de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina em Brasília.

Em 7 de março de 1977, o Brasil rompeu o acordo militar assinado com os Estados Unidos em 1952. A cúpula militar respondia assim às pressões do presidente norte-americano, Jimmy

com o presidente. Por outro lado, o presidente da Câmara Federal, Marco Maciel, classificava a vitória arenista de "clara, límpida e imaculada". O resultado final foi a maioria da situação com 231 deputados, contra 189 da oposição. Dos parlamentares eleitos pelo MDB, 60 eram ligados à ala esquerda do partido. Nas eleições para as Assembleias Legislativas, o partido da oposição obteve maioria no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Eleição de 82 - Adiada em 1974 e 78, a possibilidade de eleger diretamente os governadores de estado em 82, depois de 18 anos, marcou a consolidação definitiva da oposição ao regime militar, que seria encerrado oficialmente com a posse de José Sarney na presidência em 85. O pleito de 82 foi o primeiro sem bipartidarismo, com participação de cinco partidos: Partido Democrático Social (PDS), que reunia os ex-arenistas; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e Partido dos Trabalhadores (PT).

Mesmo aprovando regras que visavam a prejudicar o desempenho da oposição, como o voto vinculado e a proibição de coligações, o governo teve que aceitar vitórias dos opositoristas Leonel Brizola (PDT), Franco Montoro (PMDB) e do próprio Tancredo Neves (PMDB) aos governos do Rio, São Paulo e Minas. O PDS, nova denominação da Arena, venceu em 12 estados, sendo a vitória de maior peso eleitoral a de Jair Soares no Rio Grande do Sul, derrotando Pedro Simon (PMDB). O partido do governo manteve a maioria no Congresso.

Recessão - A abertura democrática praticada no governo Figueiredo não foi acompanhada da melhoria da situação econômica do país, criando enorme frustração nos brasileiros. O programa de governo do presidente estava assen-



Em 86, os brasileiros se mobilizaram o congelamento. Depois das eleições, os preços subiram, contribuindo para o fracasso do Plano Cruzado

tado na descentralização, redução da taxa de inflação e prioridade à agricultura. Mas na prática houve explosão da inflação e reajustes de salário abaixo dos índices de custo de vida, agravando a já injusta distribuição de renda.

A condução da política econômica ficou novamente a cargo de Delfim Netto, que em agosto de 1979 assumiu o lugar de Mário Henrique Simonsen no Planejamento. Delfim rejeitou inicialmente a política ortodoxa defendida por Simonsen, mas depois acabou admitindo medidas que levassem o país à recessão, pressionado pelo déficit comercial e pelos banqueiros, que temiam fazer novos empréstimos para o país.

Para evitar a explosão social, num momento em que já se acentuavam as reivindicações salariais e as críticas à política econômica, com as greves no ABC e o crescimento do Movimento contra a Carestia em várias capitais, Delfim Netto criou uma nova política salarial, baseada em reajustes semestrais, que não conseguiam acompanhar o avanço inflacionário. As cadernetas de poupança em 1980 só foram corrigidas em pouco mais da metade do índice inflacionário.

A recessão teve como um dos principais reflexos o aumento do desemprego.

No final de 1980, mais de 30 mil metalúrgicos e 11 mil engenheiros estavam fora do mercado de trabalho em São Paulo. O déficit da balança comercial ficou próximo de US\$ 3 bilhões e a inflação de 1980, prevista pelo governo em 45%, chegou aos três dígitos (110%), para explodir de vez em 1983, alcançando os 200%. Nesse mesmo ano, o PIB caiu 5% em comparação a 1982, o pior resultado do país desde 1908. Ao lado da legião de desempregados, a recessão podia ser sentida pelo aumento do número de falências e concordatas e pelos saques a supermercados.

A decepção da população se tornou mais profunda com a derrota da emenda constitucional que previa a eleição direta para presidente em 85.

O sonho de voltar a eleger o chefe da nação, direito negado desde 1960, provocou a maior mobilização cívica da história do país, com manifestações que reuniram milhões de pessoas em vários estados brasileiros. Mas a oposição do governo federal acabou abortando o anseio popular no Congresso, que rejeitou em abril de 1984 a emenda conhecida pelo nome de seu autor, o deputado Dante de Oliveira, que previa diretas para presidente em 1985.

Mesmo derrotado no Congresso, o PMDB, liderado por Ulysses Guimarães, articulou com os descontentes do PDS (que não aceitavam apoiar o candidato da situação, Paulo Maluf) uma chapa de oposição, encabeçada por Tancredo Neves. José Sarney, até então presidente do PDS, ficou com a vaga de vice-presidente. Respalado pela aliança PMDB-PFL, este último formado pelos dissidentes do PDS, Tancredo Neves derrotou com facilidade Maluf no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, colocando fim à sucessão de presidentes militares.

Mas a população brasileira, que via em Tancredo uma esperança, teve que

suportar mais uma imensa decepção. A internação de Tancredo na noite da véspera da posse e a longa agonia do presidente até o anúncio oficial da morte em 21 de abril, dia de Tiradentes, representaram uma das maiores comoções ocorridas no Brasil, comparável à provocada pela morte de John Kennedy na população dos Estados Unidos. A política de troca de favores e de tolerância com a corrupção, que a população esperava que fosse debelada, acabaria sendo institucionalizada no governo Sarney.

Cruzado – O primeiro presidente civil depois de 25 anos de regime militar recebeu como herança uma dívida externa superior a US\$ 100 bilhões, e a equipe econômica, comandada a partir de setembro por Dílson Funaro, lutava contra um déficit de US\$ 7,5 bilhões nos orçamentos fiscal, de custeio das estatais, da Previdência Social e para financiamento agrícola.

A cartada para controlar a inflação, que vinha batendo recordes mensais sucessivos, foi lançada em 28 de fevereiro de 86, quando o país amanheceu com feriado bancário, preços, salários e taxa de câmbio congelados, extinção da correção monetária e com uma nova moeda: o cruzado. As reações foram imediatas. De um lado, Delfim Netto dizia que “por muito menos, botamos o João Goulart para correr”. Funaro, por sua vez, alegava que os brasileiros iriam viver “em outro mundo” a partir daquele dia.

O plano provocou imediatamente uma perda salarial que variou entre 5 e 45%, conforme a categoria, enquanto o congelamento de preços foi feito pela cotação máxima do dia da divulgação do plano. Problemas não tardaram a surgir, como o desabastecimento de produtos essenciais, exigindo alterações no plano. A vitória eleitoral esmagadora do PMDB em 15 de novembro de 1986 – que deixou de eleger apenas um governador, o de Sergipe, ligado ao PFL – foi causada diretamente pela influência do plano econômico no eleitorado. Seis dias depois da votação, no entanto, alterações drásticas foram introduzidas no Plano Cruzado, como o aumento dos preços de vários produtos e serviços. Esse “estelionato eleitoral”, como foi qualificado pela oposição, fez com que o governo Sarney perdesse completamente

a credibilidade perante a população.

Carta cidadã – No governo Sarney, entrou em vigor a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, em substituição à de 1969, imposta pelos militares. A nova Carta trouxe avanços, como a proibição de prisão sem flagrante, a jornada de oito horas diárias, o acréscimo de um terço nos salários no pagamento de férias, o voto aos 16 anos e descentralização administrativa e orçamentária.

Oportunidade desperdiçada – Com a promulgação da nova Constituição, para a redemocratização ficar completa faltava apenas a eleição direta para o cargo máximo da nação. Na campanha eleitoral de 1989, Fernando Collor, o candidato dos grandes interesses econômicos, derrotou Lula no segundo turno, se tornando o primeiro presidente brasileiro eleito pelo povo desde Jânio Quadros, em 1960.

A eleição de um ex-membro da Arena e do PDS começou a se tornar uma decepção já no dia seguinte à posse. O novo governo confiscou, em 16 de março de 1990, 66% do dinheiro circulante no país, bloqueando por 18 meses cadernetas de poupança e contas correntes de 60 milhões de brasileiros. Mas apesar dos sacrifícios da população, em poucos meses o país voltou a conviver com a inflação, alimentada por uma política econômica concentradora de renda.

Depois de esperar quase três décadas para eleger o presidente da República, a população assistiu em 1992 ao afastamento de Fernando Collor da presidência por corrupção. Pressionado pela mobilização popular, o Congresso aprovou em 29 de setembro por 441 vo-



Depois de ser cerceado no governo Médici, o Congresso concluiu seu processo de desatrelamento do Executivo com a Constituição de 88

tos a favor, 38 contra e uma abstenção, a permissão para o julgamento do presidente pelo Senado. Vendo sua situação perdida, Collor renunciou em 29 de dezembro de 1992, pouco antes que o plenário do Senado Federal iniciasse seu julgamento. Por 76 votos a três, o plenário declarou Collor culpado por crime de responsabilidade, impedindo o ex-presidente de ocupar cargos públicos ou eletivos por oito anos. No lugar do presidente afastado, assumiu o vice Itamar Franco.

Apesar dos sobressaltos, o Brasil chega às eleições de 1994 com a democracia consolidada. Mas, se no terreno político a democracia está garantida, nas áreas econômica, social e de acesso à informação o país ainda apresenta desigualdades imensas, que se espera que o próximo governo possa reduzir. ■